

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 53, incisos X e XIV, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, e o art. 5º, inciso III, da Lei estadual nº 12.483, de 03 de agosto de 1995,

RESOLVE exonerar RACHEL FEITOSA SOUTO, matrícula nº.5593, do cargo de provimento em comissão de Chefe de serviços de Distribuição, símbolo GAJ-3, do Departamento de Serviços Judiciais do Fórum Clóvis Beviláqua, e nomeá-la para o cargo de provimento em comissão de Chefe de Serviço de Recursos Humanos símbolo GAJ-3, do Departamento de Administração do Fórum Clóvis Beviláqua.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 04 de março de 2011.

Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA
PRESIDENTE

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 53, inciso XIV, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, e o art. 5º, inciso III, da Lei estadual nº12.483, de 03 de agosto de 1995,

RESOLVE tornar sem efeito o ato que cessou os efeitos da disposição da servidora DAYSE DE SOUSA LOPES, Analista Judiciário, matrícula nº. 4703, e determinar sua lotação no Gabinete do Desembargador Carlos Alberto Mendes Forte.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 16 de março de 2011.

Desembargador JOSÉ ARISIO LOPES DA COSTA
PRESIDENTE DO TRIBUNAL

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 53, inciso XIV, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, e o art. 5º, inciso III, da Lei estadual nº12.483, de 03 de agosto de 1995,

RESOLVE nomear DAYSE DE SOUSA LOPES, Analista Judiciário, matrícula nº. 4703, para o cargo de provimento em comissão de Direção Judiciária Superior de Assessor de Desembargador, símbolo DJS-2, com lotação no Gabinete do Desembargador Carlos Alberto Mendes Forte.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 16 de março de 2011.

Desembargador JOSÉ ARISIO LOPES DA COSTA
PRESIDENTE DO TRIBUNAL

PORTARIA N° 296/2011 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso I, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8503542-05.2011.8.06.0000, RESOLVE lotar ANA CLÁUDIA CORDEIRO PARENTE, Analista Judiciário Adjunto, matrícula nº 75.1/0, anteriormente lotada na Secretaria Judiciária, no Gabinete do Desembargador Francisco Darival Beserra Primo, sem prejuízo da Gratificação pela Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico, prevista no artigo 132, inciso IV, da Lei estadual nº 9826, de 14 de maio de 1974, que percebe.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de março de 2011.

Desembargador JOSE ARISIO LOPES DA COSTA
PRESIDENTE

PORTARIA N° 295/2011 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso I, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994,

RESOLVE lotar CYNTHIA COELHO COSTA DE OLIVEIRA, Técnico Judiciário, Matrícula nº 99508.1/8, atualmente lotada no Gabinete do Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, na Secretaria da 8ª Câmara Cível, sem prejuízo da gratificação pela execução de trabalho relevante, técnico ou científico, prevista no art. 132, inciso IV, da Lei estadual nº 9826, de 14 de maio de 1974, que percebe.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 11 de março de 2011.

Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA
PRESIDENTE

PORTARIA N° 192/2011 – O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os Processos Administrativos nºs 8503249- 35.2011.8.06.0000 e 8503253-72.2011.8.06.0000,

RESOLVE fazer os efeitos da Portaria 593/2010, datada e publicada em 28 de abril de 2010, em relação aos servidores